

Factos relevantes ocorridos no 3.º Trimestre de 2025

- **Outorga do Contrato de Concessão relativo ao troço Porto (Campanhã) – Oiã da Linha de Alta Velocidade:** Foi outorgado, no dia 29 de julho de 2025, o contrato de concessão referente à parceria público-privada para a conceção, projeto, construção, financiamento, manutenção e disponibilização pela concessionária das infraestruturas ferroviárias do Troço Porto (Campanhã) – Oiã.
- **Prorrogação do Contrato de Subconcessão Metro do Porto:** A Comissão de Negociação constituída pelo Despacho n.º 4611/2025, de 8 de abril, da Coordenadora da UTAP (cujo mandato consistia na análise e negociação dos termos de prorrogação do Contrato de Subconcessão Metro do Porto pelo prazo necessário para assegurar a continuidade do serviço público subconcessionado até à entrada em operação da nova subconcessão) concluiu, com êxito, a negociação com a Subconcessionária, tendo submetido, ainda durante o 2.º trimestre de 2025, o respetivo relatório à aprovação dos membros do Governo. Nesta sequência, e após conclusão de todos os demais trâmites previstos na lei, o acordo de prorrogação do Contrato de Subconcessão começou a produzir efeitos, a partir de 1 de julho de 2025.
- **Desenvolvimentos no âmbito do procedimento tendente à concretização do novo aeroporto de Lisboa:** Em julho de 2025, a Concessionária ANA entregou o “Relatório das Consultas” a que se refere a alínea a) do n.º 1 da Cláusula 46.ª do Contrato de Concessão, tendo o Concedente respondido em setembro de 2025.
- **Resolução de Litígios (Destques):**
 - ❖ **Subconcessão do Baixo Tejo:** O Tribunal Arbitral julgou improcedente a ação intentada pela AEBT contra a IP, cujo objeto consiste na impugnação de duas multas contratuais aplicadas pela IP: (i) uma multa contratual de 3,0M€, pelo alegado incumprimento da data de entrada em serviço do aumento do número de vias da A33; e (ii) uma multa contratual de 0,2M€, pelo alegado incumprimento da determinação de apresentação de um “plano de recuperação de atrasos”. Não se conformando com a decisão, a AEBT interpôs recurso de revista perante o Supremo Tribunal Administrativo.
 - ❖ **Hospital de Cascais:** Em relação à impugnação judicial pela EGEst da multa contratual aplicada pela ARSLVT relativamente a Informações de recursos humanos, foi proferida decisão pelo Tribunal Central Administrativo Sul que julgou procedente o recurso interposto pela ARSLVT e revogada a sentença recorrida, julgando, assim, a ação totalmente improcedente.
 - ❖ **Hospital de Vila Franca de Xira:** No âmbito da ação arbitral relacionada com o pedido de REF formulado pela EGEst com fundamento nos alegados impactos causados pela pandemia da doença Covid-19, a EGEst veio requerer a redução do valor do pedido, passando de 21M€ para 18,4M€.
 - ❖ **Concessão do Terminal Contentores de Sines XXI:** A Concessionária submeteu à Concedente (APS - Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A.) um pedido de renegociação do contrato, invocando vários eventos que, na sua perspetiva, constituem alterações anormais e imprevisíveis das circunstâncias.

Execução Financeira – Visão global

Os encargos líquidos acumulados do setor público com as PPP, nos primeiros 9 meses de 2025, ascenderam a 767,6 milhões de euros, valor 3% acima do orçamentado (+21,7M€) e 15% inferior ao registado no período homólogo (-134,8M€).

Encargos líquidos	2025		2024			Orçamento 2025			
	AC 2025	Peso no Total	AC 2024	Δ valor	Δ %	AC 2025P	Δ valor	Δ %	2025P
Rodoviário	616 829	80%	753 997	(137 168)	-18%	551 751	65 079	12%	833 123
Saúde	150 841	20%	139 980	10 862	8%	183 440	(32 598)	-18%	235 439
Ferrovário	42 135	5%	47 451	(5 316)	-11%	52 330	(10 196)	-19%	70 231
Aeroportuário	(13 122)	-2%	(11 230)	(1 892)	-17%	(11 891)	(1 231)	-10%	(11 891)
Portuário	(27 179)	-4%	(25 953)	(1 226)	-5%	(27 905)	727	3%	(36 281)
Oceanário	(1 863)	0%	(1 777)	(86)	-5%	(1 799)	(64)	-4%	(2 832)
TOTAL	767 641	100%	902 467	(134 826)	-15%	745 925	21 716	3%	1 087 791

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas entidades gestoras dos contratos e de dados inscritos no Relatório do OE2025.

Notas:

(1) Os valores apresentados para o setor Aeroportuário, Portuário e para o Oceanário encontram-se, tal como os demais do presente Quadro, na ótica dos encargos líquidos, representando estes um valor negativo considerando as receitas apuradas no respetivo setor. A variação face ao período homólogo é também apresentada na mesma ótica, o que não corresponde ao resultado aritmético da variação dos valores apresentados (i.e., uma diminuição das receitas é apresentada como um aumento percentual dos encargos líquidos, e vice-versa).

(2) Os valores da coluna Orçamento 2025 correspondem à previsão inscrita no Relatório do OE2025, com exceção do setor Portuário, uma vez que esses parceiros públicos, por não integrarem o setor institucional das Administrações Públicas, não estão incorporados no processo de consolidação para o Orçamento do Estado.

As variações de maior relevo dos **encargos líquidos** acumulados são as seguintes:

- Em termos de execução do orçamento, os encargos líquidos encontram-se 3% acima do previsto. Destaca-se o desvio registado no setor rodoviário (+21,7M€), mitigado parcialmente pelos desvios registados nos setores da saúde e ferroviário (-32,6M€ e -10,2M€, respetivamente);
- No que concerne à variação dos encargos líquidos em relação ao período homólogo, registou-se uma diminuição (-134,8M€), a qual se deve, sobretudo, à redução dos encargos líquidos registada no setor rodoviário (-137,2M€).

Continua assim a destacar-se, no universo analisado, o setor rodoviário, que representa cerca de 80% dos valores globais de encargos líquidos com as PPP.

Em cada seção do presente documento serão explicadas, em maior detalhe, as variações mais relevantes.

UTAP – Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos

Versão *flash* Boletim PPP 3.º Trimestre 2025*

Setor Rodoviário

Execução financeira

Os encargos líquidos acumulados do setor público com as PPP rodoviárias ascenderam, nos primeiros 9 meses de 2025, a 616,8 milhões de euros, valor 18% inferior ao registado no período homólogo (-137,2M€) e 12% acima do valor orçamentado (+65,1M€).

Valores em milhares de euros

PPP Rodoviárias	2025			2024			Orçamento 2025			
	AC 2025	Peso no Total		AC 2024	Δ valor	Δ %	AC 2025P	Δ valor	Δ %	2025P
Encargos brutos	908 883	100%		1 019 850	(110 967)	-11%	871 230	37 653	4%	1 223 521
Pagamentos por Disponibilidade	773 953	85%		890 016	(116 063)	-13%	743 596	30 357	4%	1 007 318
Concessões	545 688	60%		632 684	(86 997)	-14%	527 186	18 502	4%	715 651
Subconcessões ⁽¹⁾	228 265	25%		257 331	(29 067)	-11%	216 410	11 855	5%	291 667
Custos com serviço de cobrança de portagem ⁽²⁾	26 670	3%		32 944	(6 274)	-19%	27 940	(1 270)	-5%	37 955
Pagamento por serviço ⁽³⁾	69 967	8%		66 707	3 260	5%	68 388	1 579	2%	93 019
Compensações/REFs	17 979	2%		6 952	11 027	159%	10 679	7 300	68%	27 687
Grandes Reparações	4 402	0%		15 299	(10 897)	-71%	20 627	(16 226)	-79%	57 543
Decreto-Lei 87-A/2022 ⁽⁴⁾	15 913	2%		7 931	7 981	101%	-	15 913	n.a.	-
Receitas	292 054	100%		265 853	26 201	10%	319 479	(27 426)	-9%	390 398
Concessões	169 034	58%		239 177	(70 143)	-29%	161 822	7 212	4%	222 587
Subconcessões	122 284	42%		25 700	96 584	376%	157 658	(35 373)	-22%	167 811
Outros ⁽⁵⁾	735	0%		975	(240)	-25%	-	735	n.a.	-
Encargos líquidos totais	616 829	n.a.		753 997	(137 168)	-18%	551 751	65 079	12%	833 123

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela IP.

Notas:

- (1) O valor referente à decisão arbitral da subconcessão Algarve Litoral está a ser reportado nos pagamentos por disponibilidade.
- (2) Refere-se aos pagamentos efetuados ao abrigo dos contratos de prestação de serviço de cobrança de taxas de portagem celebrados pela IP no quadro dos contratos de concessão inicialmente em regime SCUT (com exceção da concessão da Beira Interior, em que a titularidade das receitas de portagem é da concessionária).
- (3) Refere-se à remuneração por serviço prevista nos contratos de subconcessão da IP.
- (4) Refere-se aos montantes pagos ao abrigo do Decreto Lei n.º 87-A/2022, de 29 de dezembro, que estabelece um regime excecional de atualização das tarifas e taxas de portagem para o ano de 2023, impactando, também, a definição das tarifas e taxas nos anos subsequentes, nomeadamente pela existência de atualizações suplementares. Exclui pagamentos efetuados à IP em relação aos casos em que esta é titular das receitas de portagem. No 1.º trimestre de 2025, não foram efetuados quaisquer pagamentos ao abrigo do presente Decreto Lei n.º 87-A/2022.
- (5) Inclui receitas diretas da IP (taxas de gestão e quiosques/easystoll).

Encargos brutos

Em relação à execução face ao período homólogo, os encargos brutos apresentaram um desvio negativo de 11% (-111,0M€), principalmente explicado pelo seguinte:

- **Pagamentos por disponibilidade:** Diminuição dos pagamentos por disponibilidade (-116,1M€), destacando-se a diminuição dos pagamentos efetuados às concessionárias da Beira Interior (-46,4M€), da Costa Prata (-21,9M€) e do Norte (-19,6M€), decorrente da evolução contratualmente prevista das tarifas.
- **Grandes Reparações:** Redução dos pagamentos de grandes reparações (-10,9M€), destacando-se as diminuições registadas nas concessões do Norte (-6,6M€), da Costa de Prata (-2,6M€) e do Grande Porto (-1,7M€), mitigadas pelo aumento registado na concessão do Algarve (+1,0M€).
- **Compensações/REFs:** Aumento dos pagamentos de compensações/REFs (+11,0M€), com o principal aumento a ser registado na concessão da Beira Interior (+22,7M€), mitigado pelo desvio registado na concessão da Brisa (-5,0M€).
- **Pagamentos por serviço:** Aumento dos pagamentos por serviço às subconcessionárias (+3,3M€), com as maiores variações a registarem-se nas subconcessões do Pinhal Interior (+1,3M€) e do Baixo Tejo (+0,9M€).

(cont.)

Em relação à execução orçamental, os encargos brutos encontram-se 4% acima do orçamentado (+37,7M€), resultado de múltiplos efeitos, nomeadamente:

- **Pagamentos por disponibilidade:** Execução superior à orçamentada dos pagamentos por disponibilidade, em 30,4M€. Este desvio resulta: (i) dos pagamentos à subconcessionária do Algarve Litoral, referentes às prestações mensais adicionais, num total de 12,4M€, que não estavam contemplados nas estimativas de encargos plurianuais, mitigado pelos (ii) desvios registados nas concessões do Norte (+11,4M€), da Costa de Prata (+3,4M€) e do Grande Porto (+2,4M€);
- **Grandes reparações:** Execução de grandes reparações abaixo do previsto, o que representou um desvio negativo no valor de 16,2 milhões de euros;
- **Decreto-Lei n.º 87-A/2022:** Ocorrência de pagamentos de apoio à utilização das vias sujeitas a pagamento de portagem, no âmbito do Decreto-Lei n.º 87-A/2022 de 29 de dezembro, no valor total de 15,9 milhões de euros, que não se encontravam orçamentados. Os principais apoios são referentes às concessões da Brisa (12,3M€), da Travessia do Tejo (1,5M€) e do Oeste (1,2M€);
- **Compensações/REFs:** Execução dos pagamentos de compensações/REFs acima do previsto, em 7,3 milhões de euros, maioritariamente justificado pelo desvio registado na concessão da Beira Interior (+12,9M€), mitigado parcialmente pelo desvio registado na concessão da Brisa (-5,0M€).

Receitas

As receitas acumuladas obtidas com as parcerias rodoviárias, nos primeiros 9 meses de 2025, ascenderam a 292,1 milhões de euros, valor 10% superior ao registado no período homólogo (+26,2M€) e 9% abaixo do valor orçamentado (-27,4M€).

Quanto à variação face ao período homólogo, nos primeiros 9 meses de 2025 foram registados os primeiros pagamentos fixos das subconcessionárias Baixo Tejo e Litoral Oeste, os quais totalizaram, respetivamente, 64,6M€ e 38,3M€. Este acréscimo de receita foi mitigado pela entrada em vigor (a partir de 1 de janeiro de 2025) da Lei n.º 37/2024, de 7 de agosto, a qual determina a eliminação da cobrança das taxas de portagem nas concessões do Algarve, do Interior Norte, das Beiras Litoral e Alta e do Norte Litoral, bem como nas subconcessões Transmontana e do Pinhal Interior. Estas parcerias registaram, no seu conjunto, um decréscimo de 85,7 milhões de euros do valor da receita face ao período homólogo.

Quanto à execução face ao valor orçamentado, registou-se um desvio negativo (-27,4M€) do valor da receita, o qual se deve, essencialmente, a uma execução abaixo do previsto dos pagamentos fixos efetuados por parte das subconcessionárias do Baixo Tejo e do Litoral Oeste a favor do parceiro público, em 39,8 milhões de euros. Este desvio, por sua vez, foi mitigado por uma execução superior à orçamentada das receitas de portagem, em 12,4 milhões de euros, a qual se deve à verificação de uma taxa de inflação e de um nível de tráfego médio real superiores às estimativas utilizadas para efeitos do Relatório do Orçamento de Estado.

UTAP – Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos

Versão *flash* Boletim PPP 3.º Trimestre 2025*

Setor da Saúde

Execução financeira

Nos primeiros 9 meses de 2025, os encargos líquidos acumulados com as parcerias do setor da saúde ascenderam a 150,8 milhões de euros, o que corresponde a um valor 8% acima do registado no período homólogo (+10,9M€) e a uma execução 18% abaixo do valor orçamentado (-32,6M€).

Valores em milhares de euros

PPP Saúde	2025		2024			Orçamento 2025			2025P
	AC 2025	Peso no total	AC 2024	Δ valor	Δ %	AC 2025P	Δ valor	Δ %	
EGEst	113 448	75%	104 827	8 621	8%	102 999	10 449	10%	134 052
Pagamentos Contratuais ⁽¹⁾	97 298	65%	87 907	9 391	11%	91 215	6 083	7%	121 620
Pagamentos de Reconciliação ⁽²⁾	6 469	4%	8 617	(2 149)	-25%	9 841	(3 372)	-34%	9 841
Protocolos/outros	9 681	6%	8 302	1 379	17%	1 943	7 738	398%	2 591
EGEd	37 394	25%	35 153	2 241	6%	80 441	(43 047)	-54%	101 387
Pagamentos Contratuais ⁽¹⁾	32 001	21%	31 516	485	2%	31 932	69	0%	42 575
Pagamentos de Reconciliação ⁽²⁾	4 323	3%	3 637	686	19%	4 533	(210)	-5%	4 533
Outros	1 069	1%	-	1 069	n.a.	43 976	(42 907)	-98%	54 279
Encargos Totais	150 841	100%	139 980	10 862	8%	183 440	(32 598)	-18%	235 439

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas entidades gestoras dos contratos.

Notas:
(1) Inclui todos os pagamentos contratualmente previstos realizados no período, com exceção dos pagamentos de reconciliação.

(2) Os pagamentos de reconciliação correspondem, nos termos contratualmente previstos, a pagamentos de acerto entre os montantes efetivamente pagos e os montantes devidos relativamente a períodos anteriores.

Valores em milhares de euros

PPP Saúde	2025		2024			Orçamento 2025			2025P
	AC 2025	Peso no total	AC 2024	Δ valor	Δ %	AC 2025P	Δ valor	Δ %	
Hospital de Cascais	125 108	83%	109 603	15 505	14%	127 825	(2 717)	-2%	162 298
EGEst 2022	105 417	70%	89 622	15 795	18%	102 999	2 418	2%	134 052
EGEst 2008	7 924	5%	8 618	(694)	-8%	-	7 924	n.a.	-
EGEd	11 767	8%	11 362	404	4%	24 826	(13 060)	-53%	28 246
Hospital de Braga	6 332	4%	6 144	188	3%	6 415	(83)	-1%	8 283
EGEst	-	0%	-	-	n.a.	-	-	n.a.	-
EGEd	6 332	4%	6 144	188	3%	6 415	(83)	-1%	8 283
Hospital de Loures	12 895	9%	19 002	(6 108)	-32%	12 869	25	0%	16 638
EGEst	63	0%	6 587	(6 524)	-99%	-	63	n.a.	-
EGEd	12 832	9%	12 416	416	3%	12 869	(37)	0%	16 638
Hospital de Vila Franca de Xira	5 438	4%	5 231	207	4%	5 422	16	0%	7 010
EGEst	44	0%	-	44	n.a.	-	44	n.a.	-
EGEd	5 394	4%	5 231	163	3%	5 422	(28)	-1%	7 010
Hospital de Lisboa Oriental	1 069	1%	-	1 069	n.a.	30 908	(29 839)	-97%	41 211
EGEd	1 069	1%	-	1 069	n.a.	30 908	(29 839)	-97%	41 211
TOTAL	150 841	100%	139 980	10 862	8%	183 440	(32 598)	-18%	235 439
EGEst	113 448	75%	104 827	8 621	8%	102 999	10 449	10%	134 052
EGEd	37 394	25%	35 153	2 241	6%	80 441	(43 047)	-54%	101 387

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas entidades gestoras dos contratos.

(cont.)

Em relação à variação dos encargos financeiros face ao período homólogo, registou-se um valor 8% acima do registado no período homólogo (+10,9M€), principalmente explicado pelo seguinte:

- **Hospital de Cascais:** Ocorrência de um pagamento efetuado à EGEst Cascais 2008, no valor de 10,2 milhões de euros, sem paralelo no período homólogo, no seguimento da decisão final proferida no 3.º trimestre de 2024, que julgou parcialmente procedente o pedido de REF petitionado pela Entidade Gestora, em virtude da situação epidemiológica decorrente da pandemia COVID-19. Aumento dos pagamentos contratuais efetuados a favor da EGEst Cascais 2022 em 9,4 milhões de euros. Ocorrência de um pagamento de reconciliação efetuado a favor da EGEst Cascais 2022, no valor 6,5 milhões de euros. O impacto destes eventos foi mitigado (i) pela ocorrência, no 1.º trimestre de 2024, de um pagamento de reconciliação efetuado a favor da EGEst Cascais 2008, no valor 8,6 milhões de euros, sem paralelo no presente período, referente a serviços prestados no período de 2022 e (ii) pela ocorrência de um recebimento relativo à EGEst Cascais 2008, no valor total de 2,3 milhões de euros, sem paralelo no período homólogo, no âmbito do Protocolo VIH/SIDA, o qual representa um acerto de contas referente à prestação de cuidados em ambulatório a doentes com VIH/SIDA durante o período compreendido entre 2019 e 2022.
- **Hospital de Loures:** Ocorrência, no período homólogo, de um pagamento efetuado à EGEst Loures decorrente de uma decisão arbitral em matéria de Tratamento VIH/SIDA, no valor total de 6,6 milhões de euros, sem paralelo no presente período.

Relativamente à execução orçamental, a execução 18% inferior ao valor orçamentado (-32,6M€) deve-se essencialmente a:

- **Hospital de Lisboa Oriental:** Execução abaixo do previsto dos pagamentos efetuados à EGEd do Hospital de Lisboa Oriental ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência, a qual provocou um desvio de 29,8 milhões de euros;
- **Hospital de Cascais:** Não execução da verba de 13,1 milhões de euros que se encontrava orçamentada para o período, referente à ampliação do Hospital de Cascais. Execução abaixo do previsto dos pagamentos de reconciliação a favor da EGEst Cascais 2022, em 3,4 milhões de euros. Ocorrência de um recebimento da EGEst Cascais 2008, no valor total de 2,3 milhões de euros, no âmbito do Protocolo VIH/SIDA, o qual representa um acerto de contas referente à prestação de cuidados em ambulatório a doentes com VIH/SIDA durante o período compreendido entre 2019 e 2022 e que não se encontrava orçamentado. O impacto destes eventos foi parcialmente mitigado (i) pelo pagamento efetuado à EGEst Cascais 2008, no valor de 10,2 milhões, mencionado anteriormente, bem como (ii) pela execução superior à orçamentada, em 6,1 milhões de euros, dos pagamentos contratuais efetuados à EGEst Cascais 2022.

UTAP – Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos

Versão *flash* Boletim PPP 3.º Trimestre 2025*

Setor Portuário

Execução financeira

O valor acumulado das receitas auferidas, nos primeiros 9 meses de 2025, pelas Administrações Portuárias, relativamente aos terminais portuários operados por concessionários em regime de PPP, ascendeu a 27,2 milhões de euros, valor 3% abaixo do orçamentado (-0,7M€) e 5% acima do registado no período homólogo (+1,2M€).

Valores em milhares de euros

PPP Portuárias	2025		2024			Orçamento 2025			2025P
	AC 2025	Peso no total	AC 2024	Δ valor	Δ %	AC 2025P	Δ valor	Δ %	
Porto de Douro e Leixões	19 099	70%	18 620	479	3%	18 790	309	2%	24 127
Terminal de Contentores de Leixões	16 689	61%	16 136	553	3%	16 218	471	3%	21 031
Terminal de Carga a Granel de Leixões	2 410	9%	2 484	(74)	-3%	2 572	-162	-6%	3 096
Porto de Lisboa	4 153	15%	3 003	1 150	38%	2 893	1 261	44%	3 857
Terminal de Contentores de Alcântara	4 153	15%	3 003	1 150	38%	2 893	1 261	44%	3 857
Porto de Sines	3 927	14%	4 330	(404)	-9%	6 223	-2 296	-37%	8 297
Terminal de Contentores de Sines XXI	3 927	14%	4 330	(404)	-9%	6 223	-2 296	-37%	8 297
TOTAL	27 179	100%	25 953	1 226	5%	27 905	(727)	-3%	36 281

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias, inclusive a previsão 2025P.

Setor Ferroviário

Execução financeira

Os encargos líquidos acumulados com as PPP do setor ferroviário ascenderam, nos primeiros 9 meses de 2025, a 42,1 milhões de euros, valor 19% abaixo do orçamentado (-10,2M€) e 11% abaixo do registado no período homólogo (-5,3M€).

Em termos de execução financeira face ao orçamento, destaca-se o desvio registado na subconcessão Metro do Porto (-13,3M€), mitigado pelo desvio registado na concessão Eixo Norte/Sul (+3,2M€). Em termos de execução financeira face ao período homólogo, destaca-se, igualmente, a diminuição registada na subconcessão Metro do Porto (-8,0M€), mitigado pelo aumento registado na concessão Eixo Norte/Sul (+2,9M€).

Valores em milhares de euros

PPP Ferroviárias	2025		2024			Orçamento 2025			2025P
	AC 2025	Peso no total	AC 2024	Δ valor	Δ %	AC 2025P	Δ valor	Δ %	
Subconcessão Metro do Porto	33 329	79%	41 430	(8 101)	-20%	46 624	(13 295)	-29%	62 747
Concessão do MST	5 654	13%	5 776	(122)	-2%	5 706	(52)	-1%	7 484
Concessão Eixo Norte/Sul	3 151	7%	245	2 906	1186%	-	3 151	n.a.	-
Concessão PPP1 - LAV	-	-	-	-	n.a.	-	-	n.a.	-
TOTAL	42 135	100%	47 451	(5 316)	-11%	52 330	(10 196)	-19%	70 231

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela DGTf e pelo Metro do Porto, S.A..

Oceanário

Execução financeira

O valor dos pagamentos realizados pelo Oceanário ao parceiro público ascendeu, nos primeiros 9 meses de 2025, a 1,9 milhões de euros, o qual corresponde a uma execução 4% acima do orçamentado.

Em comparação com o período homólogo, registou-se um aumento de 5% do valor da receita entregue ao parceiro público, justificado pelo aumento registado na componente variável resultado de um crescimento de 6% na procura, em 2024, comparativamente a 2023.

Valores em milhares de euros

PPP Oceanário	2025		2024			Orçamento 2024			2025P
	AC 2025	Peso no total	AC 2024	Δ valor	Δ %	AC 2025P	Δ valor	Δ %	
Remuneração mensal	1 156	62%	1 130	26	2%	1 151	5	0%	1 535
Componente variável	707	38%	647	60	9%	648	58	9%	1 297
TOTAL	1 863	100%	1 777	86	5%	1 799	64	4%	2 832

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela DGTf.

ANA

Execução financeira

O valor da receita do setor aeroportuário, o qual resulta do mecanismo contratual de partilha de receitas entre a ANA e o parceiro público totalizou, nos primeiros 9 meses de 2025, 13,1 milhões de euros.

O acréscimo de 1,9 milhões de euros face ao período homólogo deve-se ao aumento do número de passageiros transportados e de aeronaves movimentadas, os quais resultaram num incremento da receita das concessões aeroportuárias e, consequentemente, na partilha de um valor superior com o parceiro público. O desvio das receitas face ao valor orçamentado é justificado, de igual forma, pelo desempenho das concessões acima do previsto.

Valores em milhares de euros

PPP Aeroportuário	2025		2024			Orçamento 2024			2025P
	AC 2025	Peso no total	AC 2024	Δ valor	Δ %	AC 2025P	Δ valor	Δ %	
ANA	13 122	100%	11 230	1 892	17%	11 891	1 231	10%	11 891
TOTAL	13 122	100%	11 230	1 892	17%	11 891	1 231	10%	11 891

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela DGTf.